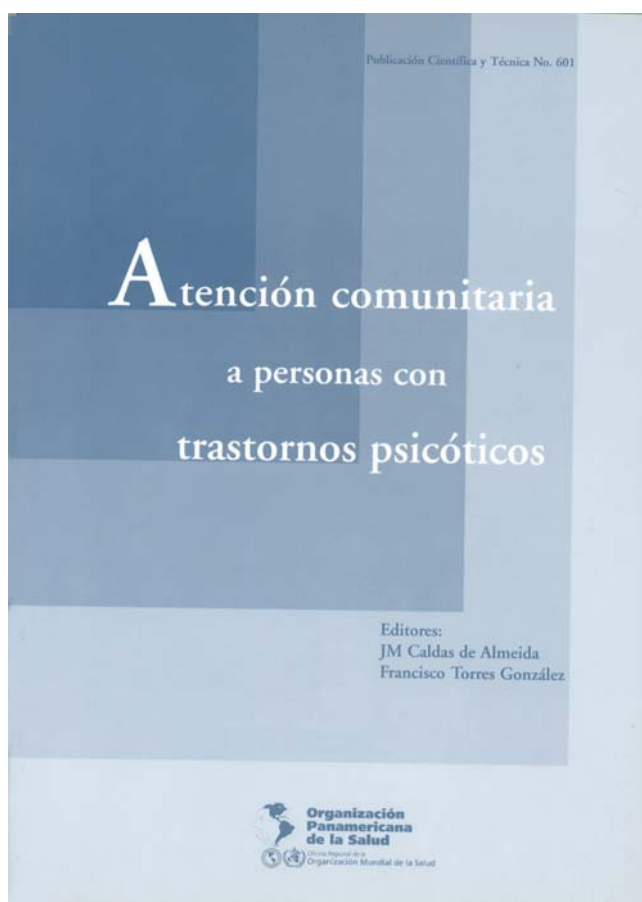


Atención comunitaria a personas con trastornos psicóticos

Editores: Almeida, JM Caldas de; Torres González, Francisco. Washington, DC: OPS; 2005. 152p. (Publicación Científica y Técnica, 601). ISBN 92 75 31601 5



A Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), Oficina Regional da Organização Mundial de Saúde (OMS), organizou e editou o livro “*Atención comunitaria a personas con trastornos psicóticos*” com a finalidade de servir como um guia operativo para os serviços voltados ao tratamento e à reabilitação de portadores de transtornos psicóticos na América Latina, bem como dar subsídios para a reforma psiquiátrica.

O capítulo introdutório inicia pontuando que o “Informe sobre a saúde no mundo” (OMS, 2001) refere que, no ano 2000, a esquizofrenia constituía-se na sétima causa de anos perdidos por incapacidade, com 2,8% de todas as doenças. Considerando-se a época da vida de maior produtividade entre 15 e 44 anos, a esquizofrenia ocupa o terceiro lugar como causa de incapacitação, com 4,9%. Após ressaltar todas as características da doença, desde dados epidemiológicos, clínicos e de diagnóstico, recomenda o tratamento com antipsicóticos de segunda geração e tratamento psicossocial baseado em psicoeducação a respeito da esquizofrenia para o

indivíduo e família, tratamento cognitivo-comportamental, recuperação das habilidades sociais e reabilitação neuropsicológica.

A seguir, o livro é composto por 13 capítulos denominados “Guias Operativos” (GO). Cada capítulo foi confiado a experts que atuam na área de Psiquiatria Social na América Latina.

Os GO 1, 2 e 3 tratam da formação e capacitação de recursos humanos, da otimização, cooperação e coordenação com a atenção primária de saúde e a organização de serviços comunitários. Tratam da criação de Equipes de Saúde Mental Comunitária (ESMC) em unidades de atenção primária ou em hospitais gerais, do treinamento de agentes de saúde para as ações de saúde mental, da reciclagem de psiquiatras e demais profissionais de saúde mental e do reconhecimento e tratamento das pessoas com transtornos psicóticos nas unidades de atenção primária.

Os GO 4 e 5 recomendam a criação maciça de Unidades Psiquiátricas em Hospitais Gerais (UPHG) e estabelecem protocolos e programas de atenção às pessoas com transtornos psicóticos. Recomendam protocolos específicos para a detecção e tratamento do primeiro episódio psicótico. Recomendam, também, a normatização das internações involuntárias, bem como da aplicação de eletroconvulsoterapia.

Os GO 6 e 7 referem-se a programas de reabilitação e desinstitucionalização. Propõem adequar os programas aos meios disponíveis e efetivar a desinstitucionalização, respeitando-se os direitos humanos, após avaliar os internados por longo prazo em instituições psiquiátricas e forenses.

Os GO 8 e 9 tratam da alocação dos portadores de transtornos psicóticos em moradias que podem ser da família, família substituta ou em alojamentos supervisionados. Orientam para a promoção de empregos para os portadores ou alocação em ocupações remuneradas através da criação de empresas sociais.

O GO 10 orienta sobre atividades de lazer, a organização de clubes sociais e de esportes e sobre as associações de auto-ajuda. Preconiza a criação de programas educativos e de defesa dos direitos em situações como de aposentadoria e de emprego.

O GO 11 trata da orientação e apoio da família para ajudar a reabilitação e inclusão do portador de transtorno psicótico.

O GO 12 é dedicado à redução do estigma, recomendando campanhas dirigidas à população e aos meios de comunicação, com a finalidade de se criar legislações contra a discriminação.

Finalmente, o GO 13 propõe a organização de sistemas de informação epidemiológica, estudos de eficácia das intervenções realizadas e avaliação sistemática dos serviços. Alguns capítulos tiveram a participação dos seguintes brasileiros, em ordem alfabética: Ana M. Pitta, Cecília Villares, Cláudio T. Miranda, Ellis D. Busnello e Mário D. M. L. Mateus.

O livro, redigido como “Guias Operativos”, é de leitura obrigatória a todos que vêm buscando alternativas que possibilitem a melhora e a reabilitação de portadores de transtornos psicóticos crônicos, particularmente de esquizofrenia. Também é destinado aos gestores de políticas públicas de saúde mental da América Latina.

Entretanto, a preocupação com a desinstitucionalização fez com que os autores não dessem muita importância à fase em

que os pacientes, ou por crise aguda ou por alterações graves de comportamento, necessitam de internação em hospital psiquiátrico. É fato consagrado, hoje, que qualquer profissional que lida com pacientes psicóticos é contra a internação em grandes asilos, por longo prazo e com privação de liberdade. Mas simplesmente “desaparecer” com os hospitais psiquiátricos representa um novo reducionismo. No livro, apenas Ana Pitta faz referência aos hospitais psiquiátricos incluindo-os numa figura representando uma rede de recursos psicossociais. No GO 5, de Estévez e Baron, há recomendações de um “programa de atenção a pessoas com transtorno psicótico contínuo e alterações graves do comportamento”. Referem que a prevalência de pacientes com essas necessidades especiais é de 15 por 100.000 habitantes. Estes, por sua vez, demandam cinco leitos por 100.000 habitantes (10.000 leitos por 200 milhões de habitantes), excluídos os que cometeram delitos e necessitam de unidades forenses. Os autores recomendam para esses pacientes mais graves a internação em UPHG por dois meses e, se não houver melhora, por mais dois meses. Caso não melhorem, recomendam a transferência para “unidades hospitalares de permanência média” por dois anos ou mais. Concluem que a reforma psiquiátrica é imperativa, mas precisa repensar e “integrar a hospitalização como um instrumento técnico importante no tratamento de determinadas condições psiquiátricas que deve estar presente dentro do conjunto de medidas que compreende o processo terapêutico...”, como manifestou recentemente Josimar França, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Itiro Shirakawa

Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo (SP), Brasil

Referência rápida às diretrizes para o tratamento de transtornos psiquiátricos: compêndio 2004

American Psychiatry Association. Porto Alegre: Artmed; 2005. ISBN 85-363-0447-2



Este compêndio sumariza as diretrizes para o tratamento de transtornos psiquiátricos desenvolvidas pela *American Psychiatry Association* (APA) e originalmente publicadas na *American Journal of Psychiatry*, que contempla os tratamentos dos seguintes tópicos da clínica psiquiátrica: delirium, doença de Alzheimer e outras demências da velhice, HIV/AIDS, esquizofrenia, transtorno bipolar, transtorno do pânico, transtornos alimentares, transtorno de personalidade borderline e comportamento suicida. A terapêutica é abordada em seus vários aspectos de uma forma objetiva, através de frases curtas dentro de diagramas com setas que seguem uma seqüência lógica. Também são apresentadas tabelas claras e concisas.

O formato didático e resumido deste livro permite que os psiquiatras acessem, de forma rápida e fácil, orientações práticas baseadas em evidências na tomada de decisão de tratamento. Este tipo de publicação é importante porque, muitas vezes, a evidência científica terapêutica está diluída nos diferentes periódicos e não atende às reais necessidades dos clínicos, que precisam otimizar seu tempo com respostas rápidas e confiáveis para tratar seus pacientes. Este livro é definitivamente uma boa maneira de atualizar e melhorar a prática em terapêutica dos profissionais que estão na “linha de frente”.

Contudo, como os próprios autores salientam, orientações rápidas não funcionam isoladamente. Para uma boa prática terapêutica e até mesmo para o bom uso do manual é necessária uma formação psiquiátrica consistente. O uso do julgamento clínico adequado associado às melhores evidências científicas disponíveis é o que constitui verdadeiramente a boa prática clínica. Os conhecimentos humanísticos, psicopatológicos e o retorno constante aos livros-texto, periódicos científicos e às próprias diretrizes de tratamento em texto completo são sempre necessárias, principalmente para psiquiatras em formação. É importante deixar claro que não abordar estes aspectos não é um defeito da publicação, pois em nenhum momento ela se propõe a avançar além da orientação rápida. Deve-se entender que, quando em diversas partes do livro está escrito que é necessário fazer uma “anamnese completa” ou “entender as angústias e expectativas do paciente” para tomar uma conduta terapêutica, está subentendido que isso é uma habilidade prévia e requisito básico para o psiquiatra.

Portanto, acredito que o livro apresenta um conteúdo científico excelente, está organizado de forma lógica e simples, e constitui-se em grande auxílio ao psiquiatra na prática clínica diária, mas não substitui a leitura de obras mais completas. De uma forma alegórica posso dizer que é uma ótima ferramenta para uma oficina já bem equipada. Seu formato permite fácil manuseio e facilita sua utilização no trabalho cotidiano com os pacientes.

Fernando Kratz Gazalle

Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Psiquiatria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), Brasil

Laboratório de Psiquiatria Experimental, Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Porto Alegre (RS), Brasil